

INVENTÁRIO Nº 7

COMISSÃO DE MU LHE RES

25 DE JULHO

DIA INTERNACIONAL DA

MULHER NEGRA

LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

*Vozes negras unidas pelo
respeito, ancestralidade e
resistência.*



JULHO/2026

Comissão de Mulheres do Sindireceita (2025-2028)

Coordenadora-Geral

Lucia Helena de Andrade (organizadora)

Coordenadora-Adjunta

Katia Rosana Nobre Silva - DS São Paulo/SP

Coordenadora-Adjunta

Sandra Aparecida de Souza Pereira - DS Brasília/DF

Coordenadora-Administrativa

Priscila Maria Borges de Rezende - DS Vitória/ES (revisora)



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

Integrantes

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares - DS Brasília/DF

Fernanda Franklin da Silva - DS Sorocaba/SP

Ivaniza Leão Santana Silva da Costa – DS Foz de Iguaçu/PR

Karla Costa Fantacini - DS Ribeirão Preto/SP (fotógrafa e diagramadora)

Maria Elena Miranda - DS São Paulo/SP (pesquisadora)

Marlene Ribeiro Mafra Cruz - DS São Luís/MA (coordenadora e pesquisadora)

Odete Apolinário de Souza - DS São José dos Campos/SP

Regina Célia Kreusch Razzolini – DS Curitiba/PR (revisora)

Tânia Maria Fonseca da Silva - DS Natal/RN

Vânia Maria de Oliveira e Silva – DS Manaus/AM

Comissão de Mulheres do Sindireceita, Inventário N° 7, 2026.

O conteúdo integral desta edição está disponível no site oficial do Sindireceita: www.sindireceita.org.br, em formato PDF acessível, com opção de download para leitura offline, distribuição gratuita.

Obra registrada e protegida por direito autoral na Câmara Brasileira do Livro. Os direitos da imagem de capa e contracapa foram cedidas pelo artista Sergio Dennys. e-mail: sergiotattoosc321@gmail.com. As fotografias mais antigas, retratando mulheres do Maranhão, foram gentilmente cedidas por Concita Cantanhêde.

A reprodução total ou parcial é autorizada, desde que citada a fonte e mantida a integridade do conteúdo.

julho de 2026



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral



Lucia Helena de Andrade

Ao ouvirmos os relatos e conhecermos a realidade apresentada nos contatos com representantes dos coletivos de mulheres negras maranhenses e do Instituto Geledés, somos inevitavelmente levadas a refletir sobre a persistência de desigualdades que ainda marcam profundamente a sociedade brasileira.

As trajetórias de dedicação, resistência e superação aqui lembradas revelam não apenas a força dessas mulheres, mas também a injustiça histórica de um país que, mesmo após a abolição, não reparou de forma efetiva as marcas da escravidão e continuou a destinar à população negra os espaços menos valorizados, os postos mais precarizados e as oportunidades mais restritas.

Essa situação ganha um contorno mais destacado ao vermos o tratamento reservado a mulheres negras que, ainda hoje, ocupam a maior parte dos postos de trabalho informal, especialmente no trabalho doméstico e nos cuidados, muitas vezes sustentando sozinhas seus lares enquanto enfrentam jornadas duplas ou triplas e longos deslocamentos em condições desumanas. Trata-se de uma estrutura que naturaliza a sobrecarga, desvaloriza o trabalho essencial e mantém vivas desigualdades que atravessam gerações.

Por isso, é indispensável reafirmar a defesa de uma jornada de trabalho digna, de direitos efetivos e de reconhecimento social para essa parcela expressiva da população e, pedirmos desculpas por, ainda hoje, sermos parte de uma sociedade que não enxergou que somos um todo. Que o trabalho precarizado de uns é indispensável naqueles lares que conta com essa mão de obra para seguir sua rotina de trabalho e de destaque na sociedade.

Não podemos, igualmente, silenciar diante da objetificação de mulheres e meninas negras. A denúncia feita por Elza Soares em “A Carne” permanece atual e cortante ao lembrar que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, uma frase que se tornou símbolo da crítica ao racismo estrutural e à desumanização persistente da população negra no Brasil.



Comissão de Mulheres

Índice

25 DE JULHO

Dia Internacional da
Mulher Negra
Latino-Americana e Caribenha

5

7

VESTINDO MÁSCARAS BRANCAS

Artigo de Maria Elena Miranda

DE ONDE VÊM ESSAS FORÇAS INVISÍVEIS?

Artigo de Marlene Mafra

11

17

MULHERES NEGRAS DO MARANHÃO

Histórias de mulheres negras
fortes e encantadoras

GELEDÉS EM SÃO PAULO

O Centro de Documentação e
Memória Institucional

35

38

HOMENAGEM À ANALISTA-TRIBUTÁRIA ANA GUEDES

In memoriam

capa



“Beleza que permanece”
é o nome da obra da
nossa modelo da capa.

Sergio Dennys é pintor
e artista visual
autodidata de São Luís,
Maranhão. Dedicar sua
produção à valorização
da cultura brasileira por
meio da pintura a óleo.
Em suas obras, o
realismo encontra uma
abordagem poética,
revelando memórias,
tradições e personagens
que expressam a
identidade do povo
brasileiro. Cada tela
nasce do desejo de
transformar histórias
em imagens capazes de
emocionar, preservar
raízes e criar conexões
entre passado e
presente. Arte com alma
brasileira.

[@galeria_sergiodennys](https://www.instagram.com/galeria_sergiodennys)



Comissão de Mulheres

25 de julho

25
JUL

DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA

LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

A data nasceu em 1992, no primeiro Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, em Santo Domingo, como um marco de denúncia ao racismo, ao sexismo e às múltiplas opressões vividas pelas mulheres negras.

No Brasil é também o **Dia Nacional de Tereza de Benguela**, que liderou o Quilombo do Quariterê no século XVIII e se tornou símbolo de organização, liderança e resistência negra.

A **ancestralidade** é o fio que costura passado, presente e futuro. A luta pela **liberdade** e pela **igualdade** nunca será em vão.



**RESPEITO
NÃO TEM
COR**





Comissão de Mulheres

Artigo



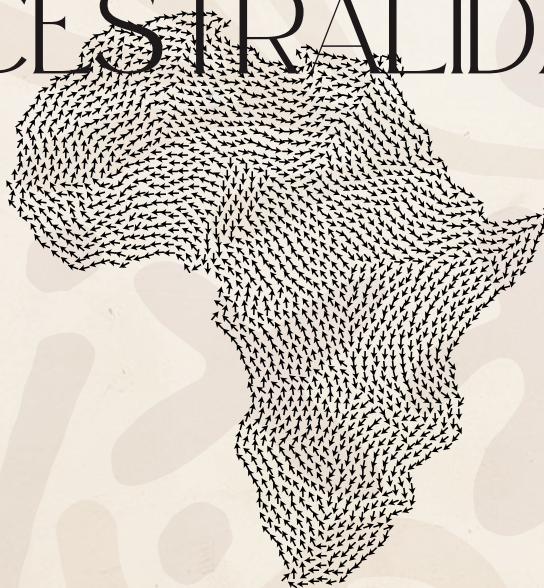
Maria Elena Miranda



Marlene Mafra

Analistas-Tributárias

PROTAGONISMO
RESISTÊNCIA
ANCESTRALIDADE





Vestindo Máscaras Brancas a ideologia que sustenta a exclusão

No primeiro dia que me apresentei no treinamento da Receita Federal para o antigo cargo de Técnico do Tesouro Nacional, em 1991, eu tive a mesma sensação do meu primeiro dia na Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA), em 1982. Era uma sensação estranha de deslocamento, como se eu não pudesse pertencer àqueles lugares ou como se aqueles lugares não me pertencessem.

Olhei ao redor e vi somente homens e mulheres brancas ou descendentes de asiáticos. Não via pessoas pretas, nem pardas e não me sentia referenciada. Havia, entretanto, algo estranho na forma como as pessoas se relacionavam comigo. Quase nunca era rejeitada, mas era como eu fosse um troféu. Como se as pessoas quisessem demonstrar que, apesar de aquele não ser o meu lugar, elas me aceitavam, fazendo-me uma concessão.

Olhar ao redor e não ver os meus iguais já era uma forma de violência estrutural.

Na FEA, lembro-me de um colega, dizendo-me que eu seria bem aceita em países europeus, como a Inglaterra, por exemplo, porque eu tinha traços de indianas e não de negras. Dizia ele que eu tinha nariz pequeno e lábios finos, o que me qualificava a um status de quase branca. E lembrava ele que os indianos eram bem aceitos na Europa. Esta fala por si só já dizia muita coisa.

Num outro momento, ao me afirmar como negra entre colegas da Receita Federal, ouvi uma delas dizer que não tinha direito a esse lugar, porque não era negra o suficiente, eu era uma rele parda.

A sensação de deslocamento se dá exatamente nestes momentos em que a sua identidade é confrontada ou o seu lugar de pertencimento é questionado explícita ou implicitamente.



Entretanto, esses momentos de confronto e de embates são cruciais, porque nos convidam a fazer um mergulho dentro de nós mesmas para buscar as razões de nossa existência, enquanto seres mortais.

Foi em alguns destes momentos que eu me vi como uma mulher negra, mineira, filha de Nova Lima, nascida no coração do quadrilátero ferrífero, forjada na resistência e na luta contra a discriminação desde a infância. Uma mulher com este perfil não poderia baixar a cabeça jamais.

Fui talhada para a resistência e para a luta ao viver num bairro de operários, majoritariamente negros, vinculados a uma mineradora que teve desde a sua origem a utilização da força de trabalho de povos negros, inicialmente de povos escravizados. Sobreviver naquele bairro já era sinal de uma força, que não me permitiria sucumbir na vida. E foi com esta determinação que mirei esses dois ambientes, a FEA e a Receita Federal, como desafios a serem vencidos.

Desde cedo, descobri que nós, mulheres da raça negra, sendo pretas ou pardas, não estamos sobrando no mundo. Assim, ao longo da minha vida olhei com altivez os dois ambientes que veladamente me hostilizavam e resolvi fazer deles o meu campo de luta.

Na vida a gente aprende que nada nos é concedido. O nosso lugar tem de ser tomado e conquistado.

Nos anos 80, aos poucos, comecei a descobrir que não era a única negra na FEA, embora fôssemos poucas ainda ocupando universidades públicas naquela época.

Na Receita Federal dos anos 90 e seguintes, à medida que passei a me relacionar com outras repartições, fui descobrindo a existência de outros colegas homens e mulheres negros e negras.

O curioso é que existia um pacto pela solidão do povo negro, porque não nos reconhecíamos, não havia autoidentificação, não tinha compartilhamento de experiências. Havia um silêncio profundo, como se quiséssemos nos esconder. Nós nos encontrávamos e nunca falávamos da nossa condição. Percebi que havia um tabu até em mencionar a nossa identidade negra. Como se isso fosse vergonhoso.



Nunca admitíamos o racismo organizacional, mas ele insistia em se mostrar a nós, quando olhávamos para os postos de comando da Receita Federal e não víamos os homens negros, tampouco as mulheres negras ocupando algum cargo de relevância.

Minha trajetória na USP me levou para o campo da Antropologia e da Filosofia. Durante o meu doutoramento em Antropologia Social tive contato com obras de autores negros e comecei a minha militância pelas cotas, depois de ter sido levada a questioná-las inicialmente.

Foi aí que percebi algo que autores como Frantz Fanon já tinham nos alertado. No livro "Pele negra, máscaras brancas", Fanon enfatizava o caráter nefasto dos efeitos de uma ideologia que busca retirar a humanidade do outro, associando tudo que é bom e correto à cultura e aos valores dos brancos e o que é ruim à cultura dos negros. Assim, os negros passariam a assumir os valores dos brancos, vestindo máscaras brancas na tentativa de serem humanizados, mas para Fanon isto era uma falácia, pois os negros jamais seriam considerados humanos pelos brancos, continuariam sendo apenas negros.

Na Receita Federal, os negros se escondem na tentativa de se passarem por brancos e não serem vistos como negros, mas ao fazerem isso não se tornam funcionários normais da Receita Federal, tornam-se, quando muito, invisíveis.

A força do argumento utilizado pelos brancos para diminuir ou invisibilizarem os negros é tão avassaladora que nos faz assumir esses argumentos como válidos e legítimos, mesmo que eles estejam sendo usados contra nós. É uma ideologia poderosíssima, que nos faz acreditar que os brancos estão em posições melhores por merecimento e que nós, negros e negras, somos de fato inferiores.

Assim sendo, uma política de cotas nas universidades, por exemplo, reforçaria a nossa falta de mérito. Foi exatamente este o argumento que eu própria comprei no início da discussão das cotas, até o momento em que virei a chave e percebi a cilada.



Transpondo esta falácia para a estrutura da Receita Federal, esta ideologia da superioridade dos homens brancos legitima igualmente o fato de não termos homens e mulheres negras na estruturas de poder do órgão. Se é difícil para a mulher branca ocupar os altos cargos da Receita Federal, imagine para a mulher negra!

A ideologia onde o homem branco predomina não nos permite questionar e o lugar que nos cabe é o da subalternidade e do silêncio. Assim tem sido sempre. A nossa resposta a esta situação é um silêncio ensurdecedor. As pessoas negras têm medo ou vergonha de se assumirem, enquanto tal. Os negros e negras esforçam-se para serem os melhores em suas funções, buscando um reconhecimento, que nunca chega. E ainda se sentem felizes, quando não sofrem processos administrativos, que podem manchar pra sempre a sua honra e a sua dignidade.

Hoje, aposentada, vivo a me questionar sobre o que se pode fazer para mudar esta configuração. A escassez de tempo e as minhas outras prioridades não me permitiram enfrentar estas questões enquanto estava em atividade no órgão, mas se faz necessário e urgente pensar em virar esta chave, buscando construir uma Receita Federal mais plural com ampla participação das mulheres negras e brancas.

A minha geração e as gerações anteriores tiveram de arrancar à força o direito de estar nas universidades e nos cargos públicos de melhor remuneração. Cabe às novas gerações continuarem na luta para ampliar as conquistas por maior igualdade racial e igualdade de gênero em todos os níveis da nossa sociedade.



Maria Elena Miranda



De onde vêm essas forças invisíveis de Mulheres Negras da Receita Federal do Brasil?

Para responder a esse questionamento, começo parafraseando a letra de uma música de uma cantora brasileira, que nos leva a refletir sobre nossa conexão com uma força ancestral que nós, mulheres negras, carregamos em todos os momentos de nossas vidas. Trata-se de um elo invisível e poderoso, capaz de nos manter firmes na caminhada, mesmo diante das mais difíceis adversidades enfrentadas no nosso cotidiano.

Diz a letra:

Dona Cila (Suzete, Luzia, Felícia...)

*"De todo amor que eu tenho, metade foi tu que me deu
Salvando minha alma da vida. Sorrindo e fazendo meu eu
Se queres partir, ir embora, me olha de onde estiver
Que eu vou te mostrar que tô pronta
Me colha madura do pé
Salve, salve essa nega! Que axé ela tem?
Te carrego no colo e te dou minha mão.
Minha vida depende só do teu encanto.
Cila (Suzete, Luzia, Felícia...) pode ir tranquila.
Teu rebanho está pronto.*

*Quando ela chegar, tu me faças o favor:
Dê um banto a ela, que ela me benza onde eu for."*

(Maria Gadú)



Comissão de Mulheres

Artigo - Marlene Mafra

Após essa paráfrase, e na tentativa de responder a essa pergunta, faço uma breve apresentação.

Meu nome é Marlene Ribeiro Mafra Cruz. Nasci em São Luís do Maranhão, conhecida também como “Cidade dos Azulejos”, “Atenas Brasileira”, entre outros títulos que lhe são atribuídos. Sou ludovicense, casada e mãe de três filhos. Sou analista-tributária da Receita Federal do Brasil desde 2004 e integro a Comissão de Mulheres do Sindireceita. Sou economista (Universidade Federal do Maranhão – UFMA), socióloga (UFMA) e pós-graduada em Direitos Humanos (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA). Atualmente, também faço parte do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM), espaço que surgiu, em 1980, para articular e unificar as diversas lutas feministas, comunitárias e antirracistas, e como pesquisadora do Grupo de Estudo Democracias, Estados e Territorialidades na América Latina (GAL), da UFMA.

Minha trajetória de vida começa em uma família marcada pela educação e pelo trabalho árduo e diário de meus pais. Ao narrar minha história, reescrevo e reflito, por meio da escrita, sobre a minha própria existência.

Além dos meus pais, como não trazer também a força ancestral das minhas avós, Felicia Mafra (in memoriam) e Luzia Ribeiro (in memoriam), duas mulheres negras, mães solo, nascidas no interior do Maranhão, que, com a força que carregavam, construíram pontes para que seus filhos, netos e bisnetos ultrapassassem grandes barreiras e chegassem até aqui para contar nossas histórias. Eram, sem dúvida, mulheres guerreiras.

A força vital de nós, mulheres negras, vem de nossas ancestrais. As experiências vividas por nossas antepassadas, conecta o passado de resistência ao futuro de transformação. Representa a transmissão de saberes, curas e estratégias de sobrevivência, atuando como um pilar de identidade e poder, desafiando o apagamento histórico e construindo novas realidades. Eis por que iniciei este texto parafraseando a cantora Maria Gadú. “Que axé elas têm! Dê um banto a elas, que elas me benzam por onde eu for!”



Quanto à minha infância, cresci na capital ao lado de meus pais, Ricardo Mafra (in memoriam) e Suzete Ribeiro Mafra (in memoriam), e de meus sete irmãos. Ambos sempre nos ensinaram o valor da dedicação aos estudos.

Meus pais foram extraordinariamente decisivos na formação dos filhos. Quando o assunto em casa girava em torno da educação, procuravam nos mostrar que ela era a nossa principal oportunidade de transformar a vida, evoluir e ascender socialmente, por sermos pessoas negras e pobres neste país.

Como esses dois seres iluminados conseguiram nos inspirar! Foi um despertar para que fôssemos à luta e buscássemos ocupar o nosso lugar de fala, reivindicando direitos em uma sociedade tão excludente.

Percorri o caminho da alfabetização à pós-graduação, e agradeço por ter estudado exclusivamente em escolas e universidades públicas. Foi nesses espaços que pude conviver com uma maior diversidade e participar da resistência e da luta por dias melhores.

Graduada em Economia pela UFMA, ingressei no Ministério da Fazenda após aprovação em concurso público para a Carreira Administrativa do antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A partir desse marco, passei a estabelecer novos desafios para minha trajetória, entre eles o ingresso na Carreira Tributária.

Sendo mãe de gêmeos, sempre pensei que ter sido escolhida para gerá-los não foi por mero acaso. Há uma força invisível que vai além da nossa compreensão, e não temos o dom de explicá-la. Pura obra divina!

Com uma jornada de trabalho exaustiva dentro e fora de casa, cursos para frequentar, livros e apostilas para estudar e... Ufa! Essa é a rotina da grande maioria das mulheres negras: conciliar a carreira profissional com o trabalho do “cuidado”. Consegui vencer esse desafio!



Comissão de Mulheres

Artigo - Marlene Mafra

Atravessar a linha abissal que parecia intransponível!

Nada nesta vida é impossível aos olhos de Deus!

Mulheres negras também podem e devem se desafiar cotidianamente em busca de seus sonhos. E como mãe de menina negra, tento mostrar a ela como funciona essa cobrança para sermos “duas vezes melhor” em todas as nossas disputas!

Sim, nós também podemos e devemos nos desafiar!

E cá estou eu, Analista-Tributária da Receita Federal do Brasil, vivendo minhas “escrevivências” diárias.

A Receita Federal do Brasil foi minha segunda casa, pois foi o lugar onde passei grande parte da minha vida, longe da minha família. Foram mais de 30 anos de aprendizado técnico e humano, durante os quais pude evoluir como pessoa e como profissional. Enfrentei desafios, mas também os superei com perseverança e coragem, sempre que foi necessário reafirmar meus princípios.

Profissionalmente, como Analista-Tributária, tive a oportunidade de conhecer e conviver em diferentes regiões do Brasil, construir novos laços de amizade e aprender com novas culturas, experiências que enriqueceram minha vida. Atuar em diferentes setores, zonas de fronteiras, pontes internacionais, portos alfandegados e aeroportos internacionais ampliou minha experiência profissional e, consequentemente, minha própria história.

Em todos os espaços sociais que ocupamos, cada indivíduo é único!

Que bom que o mundo é assim, pois isso nos permite evoluir como seres humanos, mesmo diante das divergências e dos desafios cotidianos. Essas experiências também fazem parte dos ambientes profissionais. Com o tempo, muitas situações são ressignificadas, e nossas histórias e lutas vão sendo reescritas. Naturalmente, isso também acontece na Receita Federal.



Comissão de Mulheres

Artigo - Marlene Mafra

Dia após dia, seguimos nesse caminhar. Os galhos fortes não se quebram; fortalecem-se com o passar do tempo. Já os mais frágeis, quando não conseguem se sustentar, acabam sucumbindo, como acontece na própria natureza, como as árvores centenárias.

Em cada lugar por onde passo, ou por onde passei, procuro extrair o que há de melhor, aquilo que me fortalece mental e fisicamente e contribui para o meu crescimento como pessoa e como mulher negra. Faço isso também para que outras mulheres que venham depois de mim, desejando ocupar esses mesmos espaços, saibam que ali passou outra mulher negra, que também se propôs a construir a sua própria história.

Hoje, atuo também como socióloga, uma escolha que reflete minha paixão pelas Ciências Sociais e pelo poder transformador da ação coletiva, na construção de uma sociedade mais justa, equânime, que acolha todos os indivíduos, independentemente de raça, cor, religião ou sexo, e na qual os direitos humanos sejam cada vez mais efetivados.

A pesquisa no Grupo de Estudos GAL, da UFMA, instituição na qual passei muitos anos da minha vida, retrata uma importante referência da minha trajetória.

Para as mulheres, especialmente as mulheres negras, alcançar a formação superior significa contrariar as regras de um jogo perverso, no qual as dificuldades foram, durante muito tempo, naturalizadas.

Sim, a educação pública importa!





Comissão de Mulheres

Artigo - Marlene Mafra

Ao olhar para trás, percebo que cada experiência, por mais simples que tenha sido, dentro e fora da Receita Federal, contribuiu para o meu crescimento humano. Por meio desta história, espero continuar construindo um caminho marcado pela determinação e pelo propósito. Por isso, considero essencial revisitar a trajetória de nossas ancestrais, de nossas avós e de nossas mães, muitas das quais não puderam dar continuidade aos estudos porque precisaram trabalhar para ajudar a criar os irmãos mais novos ou os próprios filhos.

Refletir sobre o protagonismo das mulheres negras nos espaços públicos exige muito mais do que apresentar o número de servidoras ativas nas instituições governamentais. É fundamental que essas mulheres ocupem também cargos de liderança, espaços de representação política e assentos nas mesas de discussão, contribuindo, com compromisso e responsabilidade, para a construção de políticas pensadas por mulheres e para mulheres. A desigualdade educacional, a vulnerabilidade socioeconômica, o racismo e sexismo institucional são algumas das barreiras na administração pública enfrentadas pelas mulheres negras.

Seguimos em frente, sonhando com um tempo em que a luta de mulheres negras não seja apenas pela sobrevivência, mas também pela possibilidade de viver com dignidade, celebrar conquistas e não sermos minimizadas. Sonhamos com espaços em que deixemos de ser as únicas e possamos seguir contando as histórias umas das outras, reverenciando nossas ancestrais e construindo, para as gerações que virão, lugares mais equânimes, respeitosos e, sobretudo, mais solidários.

Essa é a Receita Federal que almejo: uma instituição que reflita a diversidade do nosso país em todos os espaços!

Marlene Mafra



Comissão de Mulheres
Mulher Negra



Marlene Mafra
Karla Fantacini
Maria Elena Miranda

TERRA DE MULHERES NEGRAS FORTES E ENCANTADORAS





Comissão de Mulheres Maranhão

A Comissão de Mulheres do Sindireceita esteve em São Luís do Maranhão, para conhecer de perto a força, a trajetória e as referências do movimento de Mulheres Negras no estado, iniciadas há mais de 200 anos com Catarina Mina.

A visita integra uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho, data que convida à reflexão sobre memória, resistência e protagonismo das mulheres negras na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Em um encontro marcado por trocas e valorização da cultura maranhense, **Marlene Mafra** — integrante da Comissão, Analista-Tributária aposentada, socióloga, economista pela UFMA e especialista em Direitos Humanos pela UEMA — recebeu **Karla Fantacini** e **Maria Elena** para apresentar importantes referências da mulher negra no Maranhão.

Mais do que uma agenda institucional, a visita reafirmou a importância do diálogo entre organizações comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres e com o enfrentamento ao racismo.

Ao aproximar a Comissão de Mulheres dessa história de luta e resistência, o encontro também fortaleceu relações com entidades e movimentos sociais ligados à pauta feminina e aos direitos das trabalhadoras. Confira a matéria completa e conheça os detalhes dessa linda homenagem.

Boi-
bumbá



Karla, Marlene e Maria Elena



Karla, Ademas, Marlene, Maria Elena e Concita





MARANHÃO: BREVE LINHA DO TEMPO

A história do Maranhão começou a ser moldada por desafios naturais que dificultavam a chegada dos europeus, como as correntes marítimas fortes, a variação das marés e a grande presença de areia, fatores que tornavam o litoral de difícil acesso.

Nesse contexto, os franceses chegaram primeiro e encontraram povos indígenas já organizados socialmente, que chamavam a terra de *Upaon-Açu*, ou “Ilha Grande”, hoje mais conhecida como São Luís.

A saída dos franceses do Maranhão ocorreu em 1615, após a ofensiva portuguesa contra a França Equinocial. As tropas portuguesas aliadas aos indígenas cercaram os franceses por terra e por mar, até a rendição e retirada definitiva da ocupação francesa da região.

Os portugueses passaram a discutir a necessidade de trazer “negros de Angola, Guiné, Bissau e Cacheu” para substituir a mão de obra indígena e sustentar a economia colonial no Maranhão. Em 1692, por exemplo, houve assento com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu para envio de africanos escravizados à região.

São Luís desenvolveu uma estrutura social marcada pela escravidão, com três categorias principais de pessoas escravizadas: de aluguel, domésticas e de ganho. Entre estas as últimas, havia forte presença de mulheres, especialmente africanas da Costa da Mina, que sustentavam suas famílias por meio do trabalho nas ruas e do acúmulo de recursos.



Representação de Catarina Mina

Catarina Rosa Ferreira de Jesus, mais conhecida como **Catarina Mina**, foi uma mulher escravizada que marcou profundamente sua época. Na condição de negra de ganho, conseguiu acumular bens, conquistar prestígio na sociedade local, exercer influência na alforria de diversos escravizados e contribuir para a formação de uma rede de cooperação entre mulheres libertas. Sua memória permanece viva na cidade, inclusive em nome de rua do belo centro histórico de São Luís. O testamento que deixou, datado de 1887 e preservado no Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão, revela que ela esteve entre as mulheres mais ricas de seu tempo.



Marlene Mafra, Marcelo Cardoso e Maria Elena



Rua do Giz, Centro Histórico de São Luís do Maranhão



Marcelo Cardoso, João, Paulo Pestana e Marlene Mafra

Agradecemos ao
Marcelo Costa Cardoso,
mestrando em Estudos Africanos
e Afro-brasileiros, Guia de Turismo,
que acompanhou a Comissão de
Mulheres em pontos históricos de
São Luís do Maranhão.

**A jornada de uma africana no
Maranhão Oitocentista**

Monografia publicada na Biblioteca Digital da UFMA



Comissão de Mulheres Maranhão

Outra referência de grande destaque sobre as mulheres negras maranhenses é a **Casa das Minas**, considerada o mais antigo centro religioso afrodescendente de procedência *jeje* conhecido no Maranhão.

Provavelmente fundada no século XIX por africanas escravizadas, a Casa se constituiu como uma forma singular de organização comunitária e de transmissão de saberes, tornando-se referência fundamental para o Tambor de Mina maranhense.

Historicamente organizada em torno da autoridade de *vodunsi* (divindades) e chefes femininas, como Mãe Andresa, dona Amância, dona Celeste e dona Deni, a Casa das Minas evidencia que a liderança religiosa não é acessória, mas elemento estruturante do comando ritual, da guarda dos conhecimentos, da mediação dos conflitos internos e da continuidade da tradição.

Essas lideranças femininas conferem à Casa das Minas especial importância na representação de mulheres negras. Elas surgem como guardiãs da memória, intérpretes da tradição, administradoras do sagrado e protagonistas de uma autoridade socialmente reconhecida no Maranhão.

A contribuição da Casa das Minas ultrapassa o campo estritamente religioso. Ao longo do tempo, ela se tornou um marco da presença africana no Maranhão e um dos mais fortes testemunhos da capacidade de mulheres negras de sustentar instituições duradouras, complexas e socialmente influentes.

A Casa das Minas constitui um patrimônio vivo da cultura brasileira e um espaço de reconhecimento histórico do feminino negro.

Eusébio Marcos Vieira Pinto, é o atual *huntó* (tocador de tambores) e administrador da Casa das Minas, recebeu a Comissão de Mulheres do Sindireceita e contou toda a história do local.



Maria Elena, Marlene e Eusébio na Casa das Minas



Comissão de Mulheres

Centro Estadual de Referência da Mulher Negra



Em São Luís, Maranhão, no coração do Centro Histórico, um antigo imóvel ganhou novo sentido ao se transformar no **Centro Estadual de Referência da Mulher Negra Ana Silvia Cantanhêde**.

Inaugurado em 2023, o espaço nasceu de uma demanda do movimento negro maranhense e do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, tornando-se o primeiro centro desse tipo no Nordeste.

Mais do que uma entrega institucional, o centro simboliza uma conquista política construída ao longo de anos de articulação coletiva. Sua criação responde à necessidade de um lugar voltado ao acolhimento, à orientação e ao fortalecimento de mulheres negras vítimas de racismo, violência e múltiplas formas de exclusão.

Desde a inauguração, o local vem sendo apresentado como um ponto de apoio e de formação, com serviços de atendimento psicológico e jurídico, cursos profissionalizantes, oficinas, capacitações e ações voltadas ao trabalho, à renda, ao empreendedorismo e à promoção da autonomia das mulheres negras.

O nome do centro homenageia Ana Silvia Cantanhêde, referência da dança afro no Maranhão, reafirmando a importância da memória negra na construção de políticas públicas.





Comissão de Mulheres

Centro Estadual de Referência da Mulher Negra



ÁDEMÁS GALVÃO

de Lima Nogueira

Diretora do Centro Estadual de
Referência da Mulher Negra
Ana Silvia Cantanhede

Ádemas fala sobre a criação do **Centro de Referência da Mulher Negra Silvia Cabtanhêde**, vinculado à Secretaria Estadual das Mulheres - SEMU, que envolveu diferentes organizações, articulações políticas e uma gestão compartilhada com participação de entidades governamentais e movimentos sociais.

Destacou a trajetória de luta e construção coletiva do **Grupo Mãe Andresa** como resultado de uma mobilização histórica de mulheres negras maranhenses.

Ao rememorar a história de Mãe Andresa, líder religiosa local, Ádemas destaca sua importância na memória da resistência, força política e espiritual. Segundo ela, foi graças a sua atuação que a "Casa das Minas" e a "Casa de Nagô" permaneceram no centro de São Luís. Também a descreve como uma referência de cuidado comunitário, marcada pelos

benzimentos e pela profunda ligação com as tradições de cura.

A Diretora conta que sua própria trajetória foi marcada pela busca de pertencimento como mulher negra em espaços de elite e pela aproximação com o Centro de Cultura Negra, experiência que considera decisiva para sua formação política e pessoal. Para ela, foi nesse ambiente que houve uma virada na maneira de se perceber e de compreender sua identidade.

O movimento de mulheres negras no Maranhão teve papel fundamental em pautas históricas, como a criação da primeira Delegacia da Mulher em São Luís.

Hoje o Centro segue promovendo ações de educação antirracista, debates sobre saúde da mulher negra, violência e projetos em escolas, ampliando seu alcance social.





Comissão de Mulheres

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa - GMNMA



CONCITA

Conceição de Maria Cantanhêde

Coordenadora do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa-GMNMA, acolhido pelo Centro Estadual de Referência das Mulheres Negras do Maranhão "Ana Silvia Cantanhêde"

Concita Cantanhêde relembra a trajetória do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, criado por mulheres integrantes do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e fortalecido pela luta por visibilidade, identidade e protagonismo das mulheres negras no Maranhão.

Ela conta que o grupo nasceu em 23 de julho de 1986, há 40 anos, como resposta a necessidade de ocupar espaços, afirmar identidades e fortalecer uma atuação coletiva que já pulsava entre aquelas mulheres decididas a enfrentar as desigualdades e ampliar o debate sobre raça e gênero, tendo como referência as reflexões de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, base do feminismo negro brasileiro que por sua vez, buscavam a organização política de mulheres negras no Brasil.

Nesse processo, Sílvia Cantanhêde (in memoriam) surge como uma das principais articuladoras, sua atuação foi decisiva para dar forma ao grupo, unindo sensibilidade, cultura e capacidade de mobilização.

Sílvia era ligada a dança afro, as expressões artísticas e ao cuidado com as pessoas (bem-viver), ela ajudou a imprimir ao Mãe Andresa uma marca própria, em que a beleza negra, a estética e a afirmação da identidade caminharam lado a lado com a militância.

O grupo não se limitava ao debate interno. Pelo contrário, suas integrantes estavam envolvidas em articulações mais amplas, participando de discussões locais, estaduais e nacionais sobre a situação das mulheres negras.





Comissão de Mulheres

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa - GMNMA

Esse compromisso se refletiu em momentos históricos importantes como debates em torno da Conferência Mundial Contra o Racismo e da articulação nacional de Mulheres negras da qual o grupo faz parte.

Silvia Cantanhêde foi representante do Grupo Mãe Andresa na Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB desde a criação, desta organização participou de eventos formativos e do processo de construção de políticas para mulheres negras do Brasil e do Maranhão. Foi membro da delegação da Pré-Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Santiago-Chile, dezembro de 2000.

Entre memória, cultura e enfrentamento político, a história contada por Concita reafirma o papel das mulheres negras na construção de caminhos coletivos e na transformação da sociedade maranhense.



Silvia Cantanhêde em dez/2000



Silvia e Concita Cantanhêde

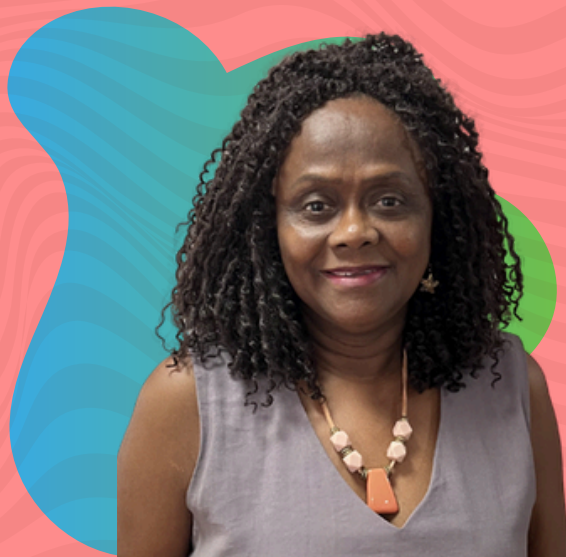
“ O Grupo Mulheres Negras Mãe Andresa nasceu para fortalecer a participação das mulheres negras e ampliar sua voz. ”





Comissão de Mulheres

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa - GMNMA



MARIA LUCIA

Dutra Santos

Grupo de Mulheres Negras
Mãe Andresa-GMNMA



Lucia fala sobre o **Projeto YALODÊ**, voltado à geração de emprego e renda para mulheres negras no Maranhão, que abriu uma experiência marcante na sua trajetória e de outras companheiras.

Mais do que uma iniciativa de fortalecimento econômico, o projeto proporcionou uma vivência simbólica e profundamente emocional: a participação no Fórum Social Mundial, realizado no Quênia, na África.

A viagem representou muito mais do que um deslocamento geográfico. Ao lado de Concita e Josanira, ela vivenciou um momento de reencontro com aquilo que chama de “Mãe África”, expressão que traduz pertencimento, ancestralidade e identidade coletiva.



Luiza Martins, Silvia Cantanhêde, Angela Davis,
Maria Lúcia Dutra, Ducilene e Dete Lima

Outro momento inesquecível foi a visita de **Angela Davis** ao Maranhão, para participar da I Jornada Cultural Lélia Gonzalez, em dezembro de 1997, reconhecida internacionalmente por sua defesa dos direitos humanos e por décadas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades, ela ofereceu seu apoio às mobilizações que surgiam naquele período.





Comissão de Mulheres

Centro de Cultura Negra do Maranhão



JOSANIRA

Rosa Santos da Luz

Centro de Cultura Negra
do Maranhão

Grupo de Mulheres Negras
Mãe Andresa-GMNMA

Josanira é uma liderança maranhense marcada pela atuação no movimento negro, na organização de mulheres e na defesa da memória, da identidade e dos direitos da população negra. Sua trajetória aparece ligada ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, em 1984, onde construiu sua militância e passou a desenvolver ações de formação política e cultural.

Em 1994 entrou efetivamente no grupo Mãe Andresa, quando surgiu o trabalho com o **Projeto IALODÊ**. Criado em um contexto de luta por reconhecimento e direitos, o projeto abriu caminho para que mulheres negras da periferia atuassem comoicineiras, educadoras e multiplicadoras de saberes em seus territórios.

A proposta ia além da assistência pontual, o projeto estimulava o estudo da história negra, o debate sobre racismo, gênero e

pertencimento, e a ocupação de espaços antes restritos a poucos grupos. Em uma pequena sala na Rua do Alecrim, em São Luís, foram gestadas articulações que ajudaram a transformar trajetórias individuais em força coletiva.

A dimensão mais marcante do projeto estava justamente na sua capacidade de formar lideranças. Ao garantir remuneração, incentivar a entrada na universidade e promover trocas entre mulheres de diferentes trajetórias.

Ao longo dos anos 2000, novas articulações fortaleceram a atuação política das mulheres no Nordeste. Em 2005, destaca-se a parceria com o **Projeto Mulher e Democracia**, uma iniciativa da Casa da Mulher do Nordeste, do Centro de Referência das Mulheres do Cabo e do movimento das Mulheres





Comissão de Mulheres

Centro de Cultura Negra do Maranhão

Trabalhadoras Rurais do Nordeste. O projeto tinha como objetivo central ampliar e qualificar a participação política das mulheres em diferentes espaços da sociedade.

Como parte dessa iniciativa, foram realizadas pesquisas voltadas ao levantamento da percepção de parlamentares sobre as pautas femininas, bem como ao mapeamento da presença de mulheres nos poderes legislativo e executivo. Os dados evidenciaram a sub-representação feminina e a necessidade de políticas públicas específicas para a promoção da igualdade de gênero.

A partir desse acúmulo, o movimento contribuiu para impulsionar a criação, em 2007, da primeira **Secretaria Estadual da Mulher no Maranhão**, um marco institucional importante na consolidação de políticas voltadas às mulheres no estado.

Nesse contexto de fortalecimento organizativo, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa passou a integrar a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), ampliando sua atuação em âmbito nacional. Em 2010, o grupo foi convidado a participar do processo de mobilização da **1ª Marcha das Mulheres Negras**, realizada em 2015, em Brasília, sob o lema “Contra o racismo, a violência e pelo bem viver”.

A realização da **2ª Marcha das Mulheres Negras**, em 2025, sob o tema “Por reparação e bem viver”, reafirma a continuidade e a atualidade dessas lutas, evidenciando a capacidade de mobilização e incidência política das mulheres negras na construção de um país mais justo e democrático.

As mulheres negras têm se consolidado como protagonistas na defesa de direitos, na formulação de políticas públicas e na transformação das estruturas sociais historicamente excludentes.

“ Foi na luta das mulheres negras que encontrei minha voz, minha formação e meu lugar no mundo. ”





Comissão de Mulheres

Grupo de Estudos Feminismos Negros Marielle Franco



MARIA DOS ANJOS

Grupo de Estudos Feminismos Negros
Marielle Franco - UFMA

Maria dos Anjos constrói sua trajetória a partir da valorização da cultura quilombola, da leitura de autoras negras e do compromisso com a formação de meninas e mulheres negras. Em seu relato, ela relaciona educação, identidade racial e resistência como dimensões inseparáveis de sua vivência pessoal e de sua atuação coletiva.

Ao lembrar sua formação acadêmica, Maria dos Anjos observa a ausência de referências negras na universidade. Segundo ela, o contato com autoras como Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez só aconteceu mais tarde, a partir da inserção no grupo Marielle Franco.

Para ela, esse encontro representou um despertar para o letramento racial e para uma leitura mais crítica da realidade das mulheres negras.

O **Grupo de Estudos Feminismos Negros Marielle Franco** é um espaço de estudo, produção cultural e fortalecimento político, por meio de atividades como palestras, pesquisas, saraus, exposições fotográficas, produção de textos e debates voltados à valorização da mulher negra dentro e fora da universidade. O objetivo, segundo ela, é promover uma educação antirracista e antipatriarcal.

Nascida em um quilombo, ela diz fazer questão de manter viva sua origem e de levar essa experiência para os projetos que desenvolve. Em sua visão, a permanência da cultura depende de organização, incentivo e transmissão de conhecimento às novas gerações.

“É possível construir novos caminhos sem romper com suas raízes.”





Comissão de Mulheres

Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís



SÍLVIA

Cristina Leite

Conselho Municipal da Condição
Feminina de São Luís
Hospital da Cidade Dr. Jackson Lago

Sílvia tem na voz a história de quatro décadas de luta pela afirmação das mulheres negras no Maranhão.

Assistente Social e pós-graduada em sociologia é militante desde a fundação do Centro de Cultura Negra, em 1979, ela narra a construção de espaços autônomos de mulheres que combinaram cultura, fé e organização comunitária para enfrentar a invisibilidade e a violência de gênero.

Ainda estudante universitária no início dos anos 1980, Sílvia Leite integrou o Grupo Mulheres da Ilha e viu ali a necessidade de um espaço que acolhesse as especificidades das mulheres negras.

Referências intelectuais e políticas, como os encontros com Lélia Gonzalez, marcaram a formação das mulheres maranhenses e ajudaram a consolidar debates sobre raça, gênero e memória.

Em paralelo à militância cultural e política, Sílvia idealizou a metodologia de acolhimento para mulheres em situação de violência. Há 13 anos implementou a prática de atendimento em um hospital público, que lhe rendeu o reconhecimento e prêmios municipais, estaduais e nacionais.

Segundo os registros por ela apresentados, a maioria das atendidas são mulheres pretas e pardas. Em 2019 o Hospital Municipal Dr. Clementino Moura registrou o maior número de atendimentos (414 casos) e o período recente mostra aumento da gravidade dos ataques, com tentativas e ocorrências de feminicídio.

O trabalho integra ações com o Judiciário, como o projeto **Justiça em Rede**, que permite solicitar medidas protetivas desde o hospital.





Sílvia aponta lacunas em políticas públicas locais e federais, especialmente diante de retrocessos legislativos que proíbem discussões nas escolas e da falta de representação negra na Assembleia Legislativa.

Ao mesmo tempo, ela reconhece avanços na administração municipal, como a criação da **Secretaria Municipal da Mulher** e a formulação de uma política municipal de saúde da população negra.

Aos 69 anos, Sílvia descreve a militância como aprendizado diário e destaca a importância da saúde mental para quem convive cotidianamente com as dores alheias. Seu relato evidencia que a combinação entre cultura, assistência em saúde e articulação entre políticas públicas é fundamental para salvar vidas e transformar estruturas, reafirmando que a história do movimento de mulheres negras precisa ser contada para inspirar e orientar as novas gerações.

Para a Comissão de Mulheres do Sindireceita, foi uma alegria e uma honra encontrar Sílvia Cristina Leite, convidada especialmente para nosso encontro no Centro Silvia Cantanhede, uma referência incontornável de mulher negra, cuja trajetória ultrapassa o discurso e se concretiza, todos os dias, no enfrentamento à violência, à discriminação e ao preconceito contra todas as mulheres.

“reverter a violência exige
reconstruir o que é ensinado
em casa e nas escolas”





LUARA MATOS

Pense Minha Cor - Hub de Inovação Negra
<https://penseminhacor.com.br>

A trajetória apresentada de Luara Matos revela uma atuação comprometida com justiça social, consciência racial e criação de estratégias para enfrentar desigualdades históricas.

Ela surge como representação inovadora e jovem da mulher negra. Luara convida todas à reflexão sobre o papel das instituições, da educação e das práticas profissionais na construção de um país mais digno e mais igualitário.

Ela firma que o racismo e as desigualdades sociais no Brasil não são fenômenos isolados, mas expressões de uma estrutura histórica marcada pela colonização e por heranças coloniais ainda presentes nas relações sociais, institucionais e de trabalho. A partir dessa compreensão, sua proposta não se limita ao diagnóstico do problema, ela busca construir caminhos concretos de transformação.

O **“Pense em Minha Cor”** é uma iniciativa concebida para articular diferentes frentes de ação em torno da questão racial, reunindo ideias, propostas e caminhos de intervenção em um mesmo espaço de construção coletiva.

A noção de “hub” aparece como eixo central do projeto, justamente por expressar esse papel de conexão entre experiências, reflexões e práticas voltadas à inovação negra.

A desigualdade racial e o racismo são tratados não como episódios isolados, mas como estruturas que organizam a vida social e produzem exclusões persistentes. Nesse sentido, o projeto surge como resposta articulada a um problema histórico, buscando **“transformar diagnóstico em ação e dispersão em convergência”**.



Comissão de Mulheres

Comissão de Mulheres do Sindireceita



MARLENE

Ribeiro Mafra Cruz

Comissão de Mulheres do
Sindireceita

Este projeto da Comissão de Mulheres em São Luís representa um marco de grande relevância para as Analistas-Tributárias.

Nesta revista, não poderia deixar de registrar uma homenagem para duas mulheres maranhenses que reconheço como precursoras do Movimento Negro no Brasil.

São mulheres que, com coragem e determinação, ergueram suas bandeiras de luta e abriram caminhos para todas nós, mulheres negras. Graças a essa trajetória, hoje podemos nos colocar como protagonistas, reescrevendo histórias que, por tanto tempo, foram silenciadas — especialmente as de nossas ancestrais.

A “escrevivência” dessas mulheres precisa ecoar entre nós. Como um vento

suave e constante, que nos inspira e nos convoca a seguir adiante, lembrando que nossa luta é contínua e coletiva, e que outras virão para dar sequência a esse legado.

Nossa ancestralidade é pulsante e viva. Ela se fortalece ao revisitarmos histórias de vida como as da Prof.^a **Lourdes Siqueira** e da Prof.^a **Mundinha Araújo**, que nos inspiram e nos encorajam.



Prof.^a Lourdes Siqueira e Prof.^a Mundinha Araújo
maio de 2026





Comissão de Mulheres

Comissão de Mulheres do Sindireceita

A **Prof.^a Dra. Lourdes Siqueira** é de Codó, nascida em 1937, antropóloga, professora e escritora, formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), além de pós-doutorados realizados em instituições da África do Sul e do Reino Unido.

Ela se destaca pela contribuição à valorização da memória negra e pelo diálogo entre pesquisa e militância antirracista, com obras e estudos que fortalecem a compreensão da história afro-maranhense.



Prof.^a Dra. Lourdes Siqueira



A **Prof.^a Dra. Mundinha Araújo**, é de São Luís, nascida em 1943, professora, jornalista e pesquisadora, reconhecida como uma das principais conhecedora da história sobre a população negra no Maranhão.

Quando diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) entre 1991 e 2002, deu grande impulso às pesquisas e a preservação de documentos sobre a presença negra em nossa história.

Sua atuação combina militância, produção intelectual e trabalho de base com comunidades negras, tornando-a uma espécie de “baobá” de conhecimento e inspiração para sucessivas gerações.



Prof.^a Dra. Mundinha Araújo

“ A “escrevivência”
dessas mulheres
precisa ecoar entre nós ”





Comissão de Mulheres
Mulher Negra



Karla Fantacini
Maria Elena Miranda





Comissão de Mulheres

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma das instituições mais importantes da história do movimento de mulheres negras no Brasil. Fundado em 1988, em São Paulo, o instituto nasceu em um período de redemocratização do país e de reorganização dos movimentos sociais, quando as mulheres negras passaram a afirmar com mais força que suas lutas não poderiam ser reduzidas nem à pauta feminista tradicional nem à agenda antirracista em sentido abstrato.

O grande mérito de Geledés foi compreender, desde cedo, que racismo e sexismo não atuam separadamente na vida das mulheres negras. Essa percepção, hoje amplamente reconhecida no campo dos direitos humanos, foi decisiva para deslocar a discussão sobre desigualdade no Brasil para um plano mais realista e mais profundo. Em vez de tratar as mulheres negras como grupo periférico dentro de agendas já prontas, a organização as colocou no centro da formulação política, da produção intelectual e da ação social.



Sua importância ultrapassa a dimensão simbólica. Ao longo de sua trajetória, Geledés atuou na defesa de direitos, na formulação de debates públicos, na educação, na comunicação e na preservação da memória do protagonismo negro.

O portal institucional e o Centro de Documentação e Memória, mostram que a organização entende a memória como ferramenta de luta e continuidade histórica. Essa combinação entre ação política e produção de conhecimento fez de Geledés uma referência dentro e fora do Brasil.





Comissão de Mulheres

Geledés - Instituto da Mulher Negra



Sueli Carneiro

Entre os nomes mais relevantes ligados à instituição, **Sueli Carneiro** ocupa posição central. Filósofa e doutora em educação pela Universidade de São Paulo, é coordenadora executiva responsável pela área de Memória, Justiça e Reparação, além de cofundadora e uma das principais intelectuais do feminismo negro brasileiro, ela sintetiza a dimensão política e teórica do projeto de Geledés.

Geledés importa porque oferece um exemplo raro de permanência. Muitas iniciativas sociais nascem com força, mas poucas conseguem atravessar décadas preservando relevância, autonomia e capacidade de intervenção. Geledés fez isso ao manter atuação em educação, comunicação, memória institucional e defesa de direitos, sempre conectando a denúncia do racismo à formulação de propostas concretas. Em tempos de polarização e de disputas narrativas, essa combinação entre memória e ação é, por si só, uma posição política.

Geledés é um lembrete de que democracia substantiva exige escuta, reparação e centralidade das mulheres negras. Seu legado não está apenas no passado, mas na capacidade de seguir produzindo leitura crítica sobre o presente e horizonte político para o futuro.

A Comissão de Mulheres do Sindireceita apresentou-se como uma parceira e aberta para trabalhar conjuntamente com este respeitado Instituto da Mulher Negra.



Karla, Lucineia Ribeiro, Wini Calaça e Maria Elena





ANA GUEDES

homendagem de uma filha

Aydê Guedes
Filha

Com profundo orgulho, quero aqui recordar o farol que minha mãe, Ana Guedes, representou em nossa trajetória e na vida de tantos outros. Sua história foi marcada por inúmeros obstáculos e, por vezes, por injustiças sociais — afinal, tratava-se de uma mulher negra, de ascendência indígena, de origem humilde e com ideias e posturas muito à frente do seu tempo. No entanto, sempre resiliente diante das críticas destrutivas, ela seguiu de cabeça erguida, em prol de seus propósitos, sem jamais abrir mão de sua generosidade, compaixão e dignidade.

Sua jornada em Brasília começou em 1959, antes mesmo da inauguração. Em 1964, passou a atuar no Ministério da Fazenda. Lá, após transitar e acumular conhecimento em diversas áreas, consolidou-se como Analista-Tributária da Receita Federal do Brasil.

Fidelíssima aos seus valores, defendeu sua categoria até o fim da vida. Foi uma das pioneiras e fundadoras do sindicato, orientando seus colegas na garantia de seus direitos.

Apaixonada pela vida, enfrentou desafios — inclusive de saúde — com admirável força. Valorizava cada detalhe de sua existência e buscava aproveitar cada instante, sempre ao lado da família e dos amigos. Guardo-a para sempre como um modelo de coragem, fé, compaixão e, acima de tudo, de retidão.

Minha mãe cumpriu seu ciclo nesta etapa terrena de forma brilhante e batalhadora. Hoje, em outra dimensão, após sua passagem de luz, ela nos deixa a sua memória, as reflexões sobre o amor ao próximo, a importância das boas atitudes cotidianas e o legado de quem viveu como um verdadeiro reflexo de sua própria verdade.

Ela aprendeu, conquistou e soube compartilhar suas vitórias com o próximo, guiada pela simplicidade e pela generosidade, longe de qualquer soberba.

Eterna Ana Guedes, eu te amo!



ANA GUEDES

uma Analista-Tributária à frente de seu tempo

Maria Liège Barcia

Ex Delegada Sindical de Brasília

A trajetória de Ana José de Santana Guedes se confunde com a própria construção de Brasília. Nascida em Arraias, no então Goiás, negra, pobre e de origem humilde, ela soube perceber cedo que o futuro se desenhava no coração do país, no nascente Planalto Central. Com coragem e visão, decidiu seguir o rumo da nova capital e ali construir o seu destino.

Em Brasília, iniciou sua caminhada profissional junto aos engenheiros da Novacap. Sua simpatia, amabilidade e capacidade de convivência abriram-lhe portas e consolidaram sua presença em um ambiente de grandes transformações.

Durante uma visita do presidente Juscelino Kubitschek aos engenheiros da empresa, em 1962, Ana teve a oportunidade de se apresentar ao chefe da Nação. Ao ser questionada se estava satisfeita com o trabalho, respondeu com franqueza que sim, mas revelou um sonho maior que era atuar no Ministério da Fazenda. O gesto de JK, que então escreveu de próprio punho uma carta ao ministro Sebastião Paes de Almeida, encaminhou Ana Guedes à Direção-Geral da Fazenda Nacional, órgão que antecedeu a Receita Federal. A criação da Secretaria da Receita Federal, em 1968, consolidou a estrutura que unificou os trabalhos de fiscalização e arrecadação tributária no país.



Memorial JK
Eixo Monumental
Brasília-DF



Comissão de Mulheres

Homenagem



*** — in memoriam — ***
1933 – 2025

Ao longo de sua vida funcional, Ana compreendeu que transformar realidades exigia persistência, diálogo e visão de futuro. Foi assim que se tornou uma voz importante na defesa do “aproveitamento” dos servidores já lotados na Receita para o preenchimento inicial das vagas do novo cargo criado em 1982, o de Técnico de Atividades Tributárias (TAT). Sua atuação ultrapassou os limites administrativos e alcançou também a organização coletiva da categoria, sempre com firmeza, inteligência prática e espírito de liderança.

Participou ativamente da construção das entidades representativas da categoria. Atuou desde os tempos da UNASTTEN e do SINDTTEN, sindicato fundado em 1992 e posteriormente denominado Sindireceita, que hoje representa os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil.

Sua presença esteve ligada às lutas por reconhecimento, valorização e fortalecimento da carreira, especialmente em momentos decisivos de reestruturação e mobilização política. Também teve papel relevante nas articulações em Brasília, onde seus contatos políticos contribuíram para a tramitação de emendas, a realização de audiências e o fortalecimento das pautas defendidas pela categoria.

Foi Diretora de Aposentados da DS Brasília e manteve, até o fim, o compromisso com os colegas, com o sindicato e com a história que ajudou a construir.

Ana Guedes partiu em 2025, mas permanece viva na memória de todos que conviveram com sua coragem e com seu exemplo. Mulher negra, humilde, pouco letrada, mas profundamente visionária, chegou para desbravar caminhos, abrir possibilidades e servir com dignidade à categoria da qual fez parte com honra até o fim.



Comissão de Mulheres Homenagem



Ana Guedes com seus netos e bisnetos no seu aniversário de 92 anos



Aydê Guedes e Ana Guedes



Ana Guedes



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres

mulheres@sindireceita.org.br

